

Cruzado acabaria em um ano

BRASÍLIA — Os autores da proposta de troca do cruzado pelo real esperam que a atual moeda desapareça de circulação no prazo máximo de um ano, a partir da criação da nova divisa. "Pode ser até menos, vai depender das condições de mercado", afirma o deputado Osmundo Rebouças (PMDB-CE), que vai apresentar o projeto de lei do Plano Real ao Congresso, no dia 11.

O projeto, de autoria do economista Chico Lopes, prevê um período de convivência inicial entre as duas moedas, o real (\$) — que teria valor equivalente ao da OTN fiscal, durante quatro meses e, a partir daí cotações fixadas em leilões diáários —, e o cruzado, que continuaria a se desvalorizar pela inflação. Mas Rebouças acredita que essa convivência não deverá trazer problemas para os consumidores e à economia privada em geral, ambos interessados em adotar imediatamente a nova moeda.

O deputado diz que o uso do cruzado deverá ficar restrito a algumas transações do governo com o setor privado, porque o projeto de lei obrigará o governo a continuar a fazer suas despesas, com exceção do pagamento de pessoal, em cruzados. "Salários e depósitos a vista nos bancos serão imediatamente convertidos em reais, logo o período de transição será vivido muito mais com a nova moeda

do que com o cruzado", afirma Osmundo Rebouças.

A idéia por trás do plano, segundo o deputado, é oferecer aos agentes econômicos uma moeda legal estável, que substitua os indexadores e os ativos financeiros a que se recorre hoje para manter o valor de compra do cruzado.

"Todos já fogem do cruzado, para aplicações financeiras indexadas, ouro, dólar, não é mesmo? Pois a partir do real, as pessoas terão uma moeda estável para resolver o problema da corrosão do valor de compra, o que vai empurrar para escanteio a moeda fraca, o cruzado", explica Rebouças. Ele acrescenta que só o governo usará o remanescente de cruzados em seus pagamentos, o que terá efeito de inibir os gastos públicos, outro dos objetivos do plano.

GOVERNO PREJUDICADO

O deputado cearense prevê que haverá dois perdedores no processo de transição das moedas: o governo, que será severamente afetado na sua capacidade de gastar, e os credores do governo em geral, que receberão em cruzados desvalorizados. "A exceção são os compradores de títulos da dívida pública", ressalva ele. "Mesmo recebendo em cruzados", admite, "suas aplicações já são corrigidas pela OTN, portanto rendem juros e são protegidas da inflação".